

# Os arquitectos são mais úteis do que nunca

Entre 2008 e 2010 o mercado de arquitectura em Portugal perdeu mais de 100 milhões de euros, segundo dados do INE. Actualmente, apesar de haver grandes projectos a dar que falar, como o Museu dos Coches ou o Terminal de Cruzeiros de Lisboa, um em fase final de construção, o outro prestes a entrar em obra, facto é que estes são a excepção. Os concursos públicos para território nacional são cada vez mais raros e menos interessantes e promotores com capacidade de investimento estão a sair do país. Mas significa isto que Portugal não precisa de arquitectura? Que, em tempo de crise, não há lugar para os arquitectos? «Nós somos agora muito mais úteis para a generalidade das pessoas do que éramos há uns anos», responde Tiago Mota Saraiva.

Nas Terras de Lelo Martins, bairro auto-construído na Costa da Caparica, às portas de Lisboa, está prestes a chegar ao terreno um projecto que levará, pela primeira vez, água até às cerca de 500 pessoas que ali habitam. A ideia de criar uma cozinha comunitária «foi deles, foi da senhora Vitória», conta Tiago Mota Saraiva, arquitecto sócio do ateliermob. A trabalhar no bairro há já mais de um ano, inicialmente no âmbito do workshop “Noutra Costa”, da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), os arquitectos tornaram-se entretanto mediadores num processo participado que, com o apoio da associação local Fronteiras Urbanas, fez sentar à mesma mesa representantes das diferentes comunidades do bairro, caboverdiana e cigana, para em conjunto definirem prioridades de intervenção. E a prioridade, concordaram, era a água. A cozinha será agora construída reutilizando os materiais resultantes do desmantelamento da Casa do Vapor, associação comunitária da vizinha Cova do Vapor, e poderá contar com o apoio da Gulbenkian.

«As Terras do Lelo é um bairro de barracas, em zona de REN [Reserva Ecológica Nacional], por isso o que fomos dizer à Câmara [Municipal de Almada] foi que concordamos que seja para demolir. Mas a Câmara não tem condições para realojar aquelas pessoas nos próximos oito anos, nem sequer condições legais, porque a maioria está ilegal no país», comenta Tiago Mota Saraiva. «Então», propôs, «vamos pensar que nos próximos oito anos aquelas pessoas vão continuar a viver ali e não podem deixar de ter água. Vamos tentar construir elementos que são temporários e que podem ser feitos por lei, mas que



Tiago Mota Saraiva acredita que os arquitectos nunca foram tão úteis à sociedade

têm a ver com as condições de vida básicas. Que não vão tornar o bairro mais sedimentado no território, mas têm a ver com a sua existência.»

De acordo com os últimos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), presentes no Relatório da Cultura 2012, entre 2007 e 2010 cerca de 750 empresas de arquitectura fecharam portas no país e o volume de negócios, entre 2008 e 2010, decresceu mais de 19 por cento, perdendo mais de 100 milhões de euros (de 584,6 para 472,9 milhões). E, ao que tudo indica, a tendência ter-se-á agravado desde então, empurrando muitos profissionais para a emigração. Significa isto que não há arquitectura a fazer no país? «Dizer que não há trabalho de arquitectura e que é melhor emigrar é dizer que nós, arquitectos, em contexto de crise, não temos nenhum papel social. Nós não servimos só para alindar uma sociedade cheia de dinheiro, não servimos só para fazer “dubais”. Nós somos agora muito mais úteis para a generalidade das pessoas do que éramos há uns anos. E acho que essa mensagem está a passar», analisa Tiago Mota Saraiva.

## Na escassez de concursos públicos

Para muitos ateliers que tinham na participação em concursos públicos o seu sustentáculo, os últimos anos têm sido pouco melhores que uma travessia no deserto. «Praticamente não existem concursos interessantes em Portugal», observa José Mateus, do atelier ARX. Vencedor em Setembro passado do concurso de arquitectura do novo edifício do Conservatório de Música de Sintra, cuja construção tem final previsto para 2017, o atelier tem porém

rareado cada vez mais a sua participação em concursos, não só pela exigência de detalhes burocráticos «absurdos», mas também pelo risco financeiro que representam, explica José Mateus: «Sem grande esforço, investe-se nos concursos 20 000 euros ou mais. Como é fácil perder-se vários concursos, facilmente chegamos aos 100 000 euros de perdas.» A juntar ao desinvestimento público, problematiza o arquitecto, toda a complexidade dos processos de obtenção de licenças de construção e de utilização tem afastado do país os poucos promotores privados com capacidade para investir. Resultado: «Inúmeros arquitectos fecharam o atelier e os que conheço com trabalho são pouquíssimos. Muitos tentaram a sorte fora do país mas conheço pouquíssimos casos de sucesso. Os mais

novos, abaixo dos 30 anos, emigraram ou mudaram de profissão. Alguns ficaram por cá a trabalhar com salários baixíssimos. Outra coisa não seria de esperar, já que até a este nível os nossos políticos fizeram mais uma operação de desmantelamento da profissão, ao acabarem com as tabelas de honorários. Descontos de 50-60 por cento passaram a ser normais, ser arquitecto tornou-se insustentável para a grande maioria.» Em Portugal, apenas o mercado da recuperação se apresenta como viável, afirma José Mateus, «particularmente em cidades com condições fiscais para este tipo de projectos».

No ateliermob, a emigração foi também discussão em cima da mesa, logo em 2008. «Mas depois começámos a olhar em volta e a perceber que há trabalho de arquitectura para fazer, mas na maioria dos casos para pessoas que não têm dinheiro para o pagar», expõe Tiago Mota Saraiva. Enquadraram o atelier sob o mote «trabalhar com os 99 por cento» e desde então têm vindo crescentemente a ser contactados por municípios para apoiar processos bottom-up. «O que fazemos é ir junto das comunidades em que encontramos uma preocupação que os arquitectos podem resolver e a partir daí falamos com a associação de moradores, se houver, juntamos as comunidades para decidirem sobre o que deve ser feito e depois criam-se modelos de candidatura a financiamento», explica. Ou seja, os clientes são os moradores, mas o financiamento não passa por eles. Foi o que aconteceu, por exemplo, no processo de legalização de 72 das 88 casas auto-construídas do bairro PRODAC Norte, em Marvila, Lisboa,



Câmara não tem condições para realojar moradores do bairro



Água vai chegar em breve a Terras de Lelo Martins



### Arquitectos tornaram-se mediadores da intervenção no bairro

contemplado com 50 mil euros no âmbito do programa BIP/ZIP da Câmara Municipal de Lisboa. Neste momento, além de estarem ainda a intervir no espaço público do bairro, o atelier prepara-se para replicar o processo de legalização nas casas do PRODAC Sul. No entanto, salienta Tiago Mota Saraiva, «não há uma comunidade igual à outra e o processo de trabalho participado tem sido sempre diferente». Por outro lado, nem todas as comunidades o querem: no concurso para o Bairro da Boavista, em Lisboa, o ateliermob propôs um

processo participado, definindo apenas as infra-estruturas, a partir das quais os cidadãos iriam decidir o que construir; a proposta acabou classificada em último lugar.

O atelier continua no entanto a fazer projectos de arquitectura «tradicionais», sublinha o arquitecto, além de estarem a preparar para Março a exposição «Tanto Mar», no CCB, e, apesar da crise, nos últimos dois anos aumentaram a estrutura de cinco para nove pessoas – e já têm vaga aberta para uma décima. Quanto à participação em concursos, exceptuando o do Bairro da Boavista, «só às vezes e para fora», até por uma questão de tempo. Além disso, destaca Tiago Mota Saraiva, «a sorte já não é ganhar um concurso público; é que ele seja executado».

#### Reabilitar e reutilizar para reanimar a cidade

Apesar de três das quatro arquitectas que compõem a equipa autora do projecto Rés-do-Chão fazerem parte da lista de profissionais que emigraram nos últimos anos (e que, de acordo com os dados da Ordem dos Arquitectos, triplicaram em 2012, atingindo os 7,3 por cento), nem por isso quiseram deixar de fazer a sua proposta de reacção aos tempos de crise do país, que se espelha também no rosto das cidades.

O seu projecto, um dos três vencedores do programa FAZ – Ideias de Origem Portuguesa, promovido pela

Gulbenkian, assume como missão dar resposta ao problema da crescente desocupação dos pisos térreos comerciais urbanos, promovendo o encontro entre proprietários de espaços desqualificados, arrendatários interessados em dinamizá-los, poder autárquico e outros eventuais parceiros empenhados na reabilitação e dinamização da cidade. Em Novembro, o Rés-do-Chão será apresentado na Trienal de Arquitectura de Lisboa. «Em breve teremos uma imagem e um site, que irá ser uma primeira plataforma entre os vários interessados», adianta ainda Sara Brandão, a arquitecta que está em Portugal, e que de cá trabalha com Mariana Paisana (na Índia), Margarida Marques e Marta Pavão (ambas no Brasil).

Não estando a desenvolver nenhum outro projecto para Portugal, enquanto colectivo, a equipa revela-se consciente de que o seu futuro profissional poderá não ficar limitado às fronteiras do país. «No entanto, isso não significa que não continuemos a reflectir e a reagir às interrogações que nos coloca a sociedade portuguesa e o actual contexto social», afirma Sara Brandão, frisando que este é um projecto que é também um «exercício de cidadania».

«Creio que cada geração tem de enfrentar os seus demónios. A de quem tem 30 anos é a mais afectada por esta crise e por isso reage em “low cost”, mas não abdica de viver a cidade e de fazer coisas distinguindo essencial de acessório», comenta João Cassiano Santos, do atelier ArteTectónica, responsável pelo projecto de arquitectura da Village Underground Lisboa, outra nova e



### José Mateus lamenta que a burocracia afaste investidores

inovadora iniciativa a surgir em Lisboa, pelas mãos de Mariana Duarte Silva, da agência da comunicação Madame Management, que aqui pretende reproduzir o conceito cultural Village Underground fundado em Londres em 2007. A ideia passa por reutilizar edifícios, meios de transporte e contentores desactivados, recolocando-os como escritórios e espaços criativos a baixos preços. «Do ponto de vista da arquitectura, o desafio foi (e ainda é) o de conseguir a reutilização significativa e útil da matéria-prima recebida», assinala o arquitecto, juntando a esta a dificuldade de fazer tudo «em orçamento minimal».

Salientando que o projecto «nasce da necessidade de ter a custo acessível e ecologicamente sustentável locais de trabalho em Lisboa, centrais e “com onda”», João Cassiano Santos recusa o rótulo de «projecto marginal», considerando-o antes um «sinal dos tempos». «Com contentores, com casas pré-fabricadas ou em cortiça há cada vez mais oportunidades de mercado para projectos que conciliam identidade, tempo e custo acessível, em alternativa quer à estafada massificação barata quer à “alta costura” que muito pouca gente pode pagar.» Apesar da crise, adaptada a ela, reagindo a ela, afinal ainda se faz arquitectura em Portugal e não é «legítimo» deixar de fazê-la, sintetiza o arquitecto. A construção (ou montagem) da Village Underground já arrancou, no final de Setembro, e deverá estar concluída no início de 2014.

São José Sousa



### Desocupação dos pisos térreos comerciais é problema grave



### Quatro arquitectas querem acabar com desocupações

## «É preciso desfazer estigma de que arquitectos encarecem as obras»

A Ordem dos Arquitectos, nas suas secções regionais Sul (OA-SRS) e Norte (OA-SRN), acaba de lançar, a 15 de Outubro, a campanha “Trabalhar com Arquitectos”, concebida para explicar, de forma simples, a todos os cidadãos, tudo o que estes precisam de saber para trabalhar com um profissional da área. «A campanha está pensada para dar visibilidade ao papel do arquitecto em termos sociais e é um gesto em contraciclo que pretende aproximar a profissão

dos cidadãos», destaca a OA-SRS.

«É preciso desfazer o estigma de que os arquitectos encarecem as obras», sublinha Tiago Mota Saraiva, esclarecendo que esse é um preconceito que se esforçam por contrariar desde início, nomeadamente em processos de reabilitação. «Fizemos agora uma reabilitação cujo primeiro orçamento que nos chegou era de 250 mil euros; acabou por ser adjudicada por 125 mil», exemplifica, explicando que a grande

vantagem de contratar um arquitecto e de o ter presente no processo negocial é que ele vai ajudar a encontrar o melhor empreiteiro, ao preço mais justo (mesmo que não o imediatamente mais barato). Tendo identificado um mercado de cerca de nove milhões de euros em projectos de arquitectura para famílias obrigadas a mudar para uma casa mais pequena devido ao contexto de crise, o Ateliermob defende ainda a garantia de serviços mínimos de arquitectura

pelo Estado. Esta iniciativa, de que se fala «há muitos anos», assinala, passaria por identificar as pessoas que precisam de um arquitecto e assegurar o pagamento dos serviços, trazendo algum dinamismo ao mercado e receitas (sob forma de impostos) para o Estado. «Foi um dos projectos que candidatámos com a Junta de Freguesia de Carnide às Crisis Busters [concurso promovido pela Trienal de Arquitectura]. Ainda haveremos de o conseguir fazer.»